PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS - TO

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS – TO

VOLUME IV
PRODUTO F: PLANO DE EXECUÇÃO

Fundação Nacional de Saúde — SUS — MINISTÉRIO DA SAÚDE — BRASIL GOVERNO FEDERAL — MACRO ASSESSORIA E CONSULTORIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS - TO

PRODUTO F – PLANO DE EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

VOLUME IV

MAIO,2018.

Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins. Estado do Tocantins, Brasil. Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Paraíso do Tocantins: relatório sobre plano de execução do plano municipal de saneamento básico (Produto F).
23 f.: il.
Concedente: Fundação Nacional da Saúde – FUNASA. Av. Joaquim Teotônio Segurado, QD 101 Sul, CJ 01, LT 03, Ed. Executivo Carpe Diem, Palmas – TO. Fone: (63) 3218 – 3630. Site: www.funasa.gov.br. E-mail: sic@funasa.gov.br
Empresa contratada: Macro Consultoria–
1. Saneamento Básico. 2. Saúde Pública. 3. Participação Social.

FICHA TÉCNICA

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Ary de Araújo Arraes – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente

Ademir Rego – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

Rui Azevedo Araújo – Secretaria Municipal de Saúde

Lizete de Souza Coelho – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Anna Paola de Oliveira Melo – Secretaria Municipal de Assistência Social

Misma Gonçalves Ferreira – Presidente de Bairros

João de Deus Lopes da Cunha – Câmara Municipal dos Vereadores

Hélio Marcio Lino Borges – Representante de ONG's

Membro do NICT Funasa -TO

COMITÊ DE EXECUÇÃO

Sebastião Noleto Júnior – Engenheiro Ambiental, responsável pela coordenação do PMSB

Aymara Colen e Ricardo Kaminishi – Engenheiros Ambientais, responsáveis pela Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos do PMSB

Jordanna Barreira Lustosa - Engenheiro Ambiental, responsável pelo Esgotamento Sanitário do PMSB

Taciane de Oliveira – Assistente Social, responsável pelo Plano de Mobilização Social

Gilberto Andrade Negreiros e Peterson Dias Santos – Economistas, responsáveis pelo levantamento socioeconômico, projeção populacional, construção de cenários e plano de ação

Márcio Gonçalves Moreira – Advogado, responsável pela elaboração da minuta de projeto de lei

Paulo Augusto Barros de Sousa – Analista de Sistema, responsável pelo sistema de informação

Rodrigo Sabino Teixeira Borges – Geógrafo, responsável pela elaboração de mapas e relatórios cartográficos

Leonardo Espíndola de Abreu – Designer gráfico responsável pela formatação e

diagramação

Elievan Marques dos Santos e Weber Timóteo Dias- Engenheiros Civis, responsáveis pelo plano de manejo de águas fluviais

Rafael Galvan Barbosa Ferraz – Engenheiro Sanitarista e Ambiental e Antonio Alencar leão Neto – Engenheiro Civil, indicados pela Prefeitura Municipal

EQUIPE TÉCNICA

Ricardo Kaminishi – Engenheiro Ambiental (Coordenador e Responsável Técnico, CREA: 211060/D-TO)

Sebastião Noleto Júnior – Engenheiro Ambiental (Vice-coordenador)

Jordana Lustosa – Engenheira Ambiental

Gilberto Andrade Negreiros – Economista

Peterson Dias Santos - Economista

Márcio Gonçalves Moreira – Advogado

Paulo Augusto Barros de Sousa – Analista de Sistema

Leonardo Espindola de Abreu – Designer Gráfico

Elievan Marques Santos - Engenheiro Civil

Rodrigo Sabino Teixeira Borges – Geógrafo

Rafael Galvan Barbosa Ferraz – Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Antonio Alencar leão Neto – Engenheiro Civil

Taciane de Oliveira – Assistente Social

Aymara Colen - Engenheira Ambiental

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

Lauro Ribeiro Viana Junior – Engenheiro Ambiental (Responsável Técnico, CREA: 241672183-6/D-TO)

Marina Carvalho Pires – Engenheira Ambiental (Coordenadora)

Jaquellyne Ferreira da Silva - Graduando em Engenharia Ambiental

Isabel Cristina da Silva Costa - Graduando em Engenharia Ambiental

Lucas Souza Araujo – Graduando em Engenharia Ambiental

ÍNDICE GERAL

VOLUME 1 – Diagnóstico geral dos serviços de saneamento básico
VOLUME 2 – Prospectiva e planejamento estratégico
VOLUME 3 – Programas, Projetos e Ações
VOLUME 4 – Plano de Execução
VOLUME 5 – Minuta do Projeto de Lei do PMSB
VOLUME 6 – Relatório de Indicadores de Desempenho do PMSB
VOLUME 7 – Sistema de Informação e auxílio à tomada de decisão
VOLUME 8 – Relatórios Mensais Simplificados
VOLUME 9 – Relatório Final do PMSB

APRESENTAÇÃO

Após a publicação da Lei n. º 11.445/2007 (BRASIL, 2007), denominada Lei do Saneamento Básico, a elaboração do PMSB passou a ser obrigatória na esfera municipal como requisito para ter acesso aos recursos federais, tendo como data limite de elaboração 31 de dezembro de 2019, conforme Decreto n° 9.254/2017. Este planejamento composto por quatro componentes indispensáveis: o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Paraíso do Tocantins é objeto do Termo de Convênio n° 0606/2010 celebrado junto a Funasa e assinado em 30 de dezembro do ano de 2010. O Plano municipal de Saneamento Básico deve ser revisado em período não superior a 4 anos, observando prioritariamente o período de vigência do Plano Plurianual municipal.

O presente Plano é constituído por nove volumes distribuídos em etapas que se somam ao longo do processo de elaboração, iniciado na mobilização social que possui como objetivo identificar os atores sociais locais e os principais problemas de cada região da área de estudo, seguindo para o levantamento dos dados primários e secundários que compõe o Diagnóstico Técnico Participativo, o qual auxilia na identificação das informações necessárias para a formulação de Programas, Projetos e Ações que visam atender as demanda observadas.

A fim de garantir o estabelecimento contínuo dos programas, projetos e ações formula-se o Plano de Execução que fornece ao gestor municipal ferramentas de gestão e planejamento por meio da apresentação de cronograma físico e financeiro para a execução das ações propostas, considerando o horizonte de planejamento de 20 anos deste PMSB.

Dentre as etapas de elaboração, ocorre a construção de indicadores que permite acompanhar a evolução dos programas e ações relacionadas aos quatro componentes do saneamento e também a disponibilização de ambiente virtual que promove a coleta de indicadores relativos ao saneamento básico do município auxiliando a comunidade e os gestores na tomada de decisão.

O município é protagonista do processo de elaboração do PMSB, bem como da sua implementação, acompanhamento, avaliação e revisão, estando a implantação do PMSB regulamentada pela aprovação de legislação municipal.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Programas, projetos e ações Político Institucional do setor de saneamento 10
Quadro 2 Cronograma físico financeiro para programas de abastecimento de água ... 12
Quadro 3 Cronograma físico financeiro para programas de esgotamento sanitário 14
Quadro 4 Cronograma físico financeiro para programas de drenagem urbana 15
Quadro 5 Cronograma físico financeiro para programas de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. 17

1. PLANO DE EXECUÇÃO

O plano de execução é composto pelo cronograma físico e financeiro das atividades propostas no documento “Programas, Projetos e Ações”, buscando o atendimento das metas instituídas nas Prospectivas e Planejamento Estratégico.

Este documento define prazos e valores estimados que deverão ser investidos, na prestação de serviços objetivando universalização com qualidade e respeitando a diretrizes estabelecidos na Lei 11.445/2007.

Conforme os prazos a serem adotadas para a formulação de propostas de soluções para o atendimento das demandas serão os seguintes prazos de conclusão:

- ✓ Curto (até 3 anos);
- ✓ Médio (de 4 a 7 anos);
- ✓ Longo Prazo (de 8 a 20 anos)

O Plano Municipal de Saneamento Básico não tem como objetivo gerar projetos de execução de obras, mas ferramentas de gestão e planejamento. Dessa forma os preços deste Plano de Execução foram estimados de acordo com o encontrado em licitações com objeto similar no mercado nacional.

Os quadros a seguir apresentam os cronogramas físicos e financeiros com os projetos e ações e suas respectivas metas ao longo do período de 20 anos, considerado como horizonte de planejamento do presente Plano Municipal de Saneamento Básico de Paraíso do Tocantins demonstrando ainda fontes de recursos, o responsável pela execução e as possíveis parcerias.

Quadro 1 Programas, projetos e ações Político Institucional do setor de saneamento

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃ O DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
UMA NOVA CONJUNTURA ORGANIZACIONAL	Criação de um órgão específico na estrutura da administração pública para a gestão dos serviços de drenagem de águas pluviais;	117.000	3.194.664	Recurso Municipal	Curto	Curto	Prefeitura Municipal	Governo Estadual
	Criação de um departamento específico para atuação no setor de saneamento;	117.000		Recurso Municipal	Médio		Prefeitura Municipal	Governo Federal e Estadual
	Realizar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico a cada, no máximo, quatro anos;	1.597.588		Recurso Federal	Curto		Prefeitura Municipal	FUNASA/Governo Estadual
	Elaborar e instituir o Plano Plurianual Municipal com revisão a cada 4 anos;	150.000		Recurso Federal	Curto		Prefeitura Municipal	FUNASA/Governo Estadual
	Formação e implantação do conselho municipal de Saneamento ou instância semelhante, com a participação de conselheiros da sociedade e órgãos públicos;	70.000		Recurso Municipal e Estadual	Médio		Setor jurídico municipal	Governo Estadual
	Definir normas para ampliação do sistema de esgotamento sanitário e drenagem urbana efetuada por loteamentos;	100.000		Recurso Federal e Estadual	Médio		Detentora da concessão	Governo Federal e Estadual
	Instituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico;	12.000		Recurso Municipal e Estadual	Médio		Setor jurídico municipal	Governo Estadual
	Definir critérios técnicos para o projeto, fiscalização, execução e operação de estruturas hidráulicas de drenagem;	100.076		Recurso Federal e Estadual	Médio		Órgão Gestor para drenagem	Governo Federal e Estadual
	Adequação e complementação da legislação municipal conforme PMSB;	30.000		Recurso Estadual	Médio		Setor jurídico municipal	OAB/ Governo Federal
	Elaborar regimento de prestação dos serviços de saneamento, onde devem estar previstos os direitos e deveres do prestador do serviço, dos usuários e do titular;	41.000		Recurso Federal e Estadual	Longo prazo		Setor jurídico municipal	Governo Federal e Estadual
	Elaboração e execução de políticas ambientais de uso racional dos recursos hídricos;	60.000		Recurso Federal e Estadual	Curto		Setor jurídico municipal	Governo Estadual e Comerciantes Locais
	Regulamentação de equipes, municipais ou empresa parceiras, para realização da fiscalização dos serviços de saneamento básico prestados pela administração direta, Prefeitura municipal, e autarquia.	800.000		Recurso Federal e Estadual	Curto		Setor jurídico municipal	Governo Federal e Estadual

Continua

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃ O DO PROGRAM A	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
PLANEJAMENTO GERENCIAL	Consolidação e implantação de indicadores de monitoramento da prestação dos serviços de saneamento;	138.000	3.829.000	Recurso Municipal	Curto	Médio	Órgão Gestor	Governo Estadual
	Realizar a avaliação periódica das metas estabelecidas no PMSB. Acompanhamento da evolução do PMSB através do indicador de avaliação do plano;	1.300.000		Recurso Federal e Estadual Recurso Federal	Médio		Órgão Gestor	FUNASA/Governo Estadual
	Atualização periódica das taxas e tarifas, de forma a cobrir os custos totais na prestação do serviço de água e esgoto;	266.000		Detentor da concessão	Médio		Prestador dos serviços	Prefeitura Municipal/Governo Estadual
	Inclusão de tarifa social zona rural e revisão da atual política tarifária;	300.000		Recurso Federal e Estadual	Médio		Prefeitura Municipal	Governo Federal e Estadual
	Elaboração de programas e ações de capacitação técnica voltada para a implantação e operacionalização do PMSB;	58.000		Detentos da concessão	Curto		Órgão Gestor	Prefeitura Municipal/Governo Estadual
	Promover eventos periódicos, como cursos e palestras, para a qualificação e nivelamento de todos os envolvidos no setor de saneamento;	580.000		Recurso Federal e Estadual	Longo Prazo		Prefeitura Municipal	Governo Federal e Estadual
	Estudo para a definição de taxas e tarifas para a prestação dos serviços de drenagem e manejo dos resíduos, devendo ser previstos subsídios não tarifários para os usuários de baixa renda;	250.000		Recurso Municipal e Estadual	Curto		Setor de contabilidade municipal	Empresas privadas/Governo Estadual
	Elaborar e implantar o Sistema Municipal de Informação em Saneamento;	600.000		Recurso Federal e Estadual	Média		Prefeitura Municipal	Empresas privadas/Governo Estadual
	Monitorar e inspecionar a atualização do sistema de informações do saneamento básico. Tabular os dados e disponibilizar as informações do Sistema Municipal para o Programa de Coleta de Dados do SNIS;	277.000		Recurso Estadual	Média		Prefeitura Municipal	Empresas privadas
	Verificação da sustentabilidade econômica e de cobrança pela execução dos serviços.	50.000		Recurso Federal e Estadual	Média		Setor de contabilidade municipal	Empresas privadas
	Elaborar pesquisa de satisfação com a população sobre a prestação do serviço de abastecimento de água.	10.000		Detentor da concessão	Curto		Prestador dos serviços	Prefeitura Municipal/Governo Estadual

Quadro 2 Cronograma físico financeiro para programas de abastecimento de água

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃ O DO PROGRAM A	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
AGUA CIDADÃ	Implantação de novos reservatórios de água com a devida realização de tratamento nas comunidades rurais;	200.000	13.782.000	Recurso Estadual/Recurso Federal	Curto	Longo Prazo	Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Ampliação do corpo técnico responsável pela operação do sistema de abastecimento;	50.000		Recurso Estadual/ Federal	Curto		Detentor Da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Implantação de tratamento de água com etapas de filtração, cloração e fluoretação na zona rural	200.000		Recurso Estadual/ Federal	Médio		Detentor Da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Instalação de bombas reservas nos reservatórios existentes;	26.000		Recurso Estadual/ Federal	Médio		Detentor Da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Construção do Centro de Controle de Operação, para monitorar as variáveis hidráulicas e elétricas do sistema, na área rural;	2.400.000		Recurso Municipal/Estadual	Curto		Detentor da concessão	Prefeitura Municipal/ Governo Estadual
	Realizar a outorga dos poços de captação de água subterrânea do município;	219.000		Recurso Estadual/ Federal	Médio		Detentor da concessão	Prefeitura Municipal/ Governo Estadual
	Buscar a eficiência energética;	10.000		Recurso Estadual/ Federal	Médio		Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Realizar os procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água conforme preconizado pela Portaria nº 2914/2011 nas zonas urbanas e rurais;	366.000		Recurso Estadual/ Federal	Curto		Detentor da concessão	FUNASA-TO/Governo Estadual
	Fiscalização e aplicação de penalidades nas ligações clandestinas;	984.000		Recurso Estadual/ Federal	Médio		Detentor da concessão	Prefeitura Municipal
	Desativação de poços individuais inadequados na zona rural;	10.000		Recurso Estadual/ Federal	Médio		Detentor da concessão	Prefeitura Municipal
	Estudo, projeto e ampliação da rede de abastecimento no perímetro rural;	500.000		Recurso Estadual/ Federal	Médio		Detentor da concessão	Prefeitura Municipal
	Estudo, projeto e ampliação da rede de abastecimento no perímetro urbano;	4.557.000		Recurso Estadual/ Federal	Médio	Médio	Detentor Da concessão	Prefeitura Municipal
	Perfuração de novos poços de captação subterrânea na área urbana e nas zonas rurais para implantação de cisternas comunitárias bem como realizar suas outorgas;	4.000.000		Recurso Estadual/ Federal	Longo Prazo		Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Instalação de reservatórios área urbana e rural.	260.000		Recurso Estadual/Federal	Médio		Detentor da concessão	Governo Federal/Estadual

Continua

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃ O DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
PROGRAMA PRESERVAR PARA GARANTIR A TODOS ÁGUA POTÁVEL	Elaborar projeto e implantar medidas de controle e redução de perdas;	2.500	11.859.500	Detentor daconcessão/ Recurso Municipal	Curto	Longo Prazo	Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Instalação de Válvula Redutoras de Pressão – VRP e calibração dos hidrômetros;	60.000		Detentor da concessão	Curto		Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Implantação de sistema de hidrometação na zona rural, e substituição de hidrômetros com mais de 5 anos de uso;	50.000		Detentor da concessão	Curto		Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Ampliação do sistema de hidrometação com implantação de micro medidores visando atender a expansão urbana e substituição de hidrômetros com mais de 5 anos de uso;	100.000		Detentor da concessão	Curto		Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Ampliação da barragem de acúmulo de água;	200.000		Recurso Estadual/ Federal	Curto		Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Capacitação das equipes de fiscalização, municipais, para realização dessa ação na prestação dos serviços de abastecimento de água;	200.000		Recurso Municipal	Médio		Prefeitura Municipal	Secretaria de Saúde, Educação e Meio Ambiente.
	Controle e detecção de vazamentos;	500.000		Detentor da concessão	Médio		Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Divulgação dos dados resultados das análises por mídia impressa e digital;	14.000		Detentor da concessão	Curto		Detentor da concessão	Prefeitura Municipal
	Realizar a inspeção e análise de poços (particulares e públicos);	95.000		Detentor da concessão	Curto		Detentor da concessão	Prefeitura Municipal
	Realizar a inspeção das caixas de água da zona urbana e rural;	30.000		Detentor da concessão	Curto		Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Manutenção da rede de distribuição e dos reservatórios de água;	1.000.000		Recurso Estadual/Federal	Médio		Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Elaborar e implantar o Programa de Manutenção Preventiva das infraestruturas deste sistema;	8.425.000		Detentor da concessão	Curto		Detentor da concessão	-
	Capacitação dos servidores para realização de palestras de preservação das áreas de risco municipais à comunidade, principalmente, em escolas municipais;	150.000		Recurso Estadual/Federal	Curto	Médio	Prefeitura Municipal	Empresas privadas/Governo Federal e Estadual
	Promoção de campanhas de Educação Ambiental em mídias de grande circulação e em didáticas pedagógicas nas escolas e eventos locais, voltado para a preservação dos corpos hídricos;	500.000		Recurso Estadual/ Federal	Médio		Prefeitura Municipal e Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Fiscalização e monitoramento de invasões das margens dos corpos hídricos;	260.000		Recurso Estadual/ Federal	Curto		Prefeitura Municipal e Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Campanhas de reuso das águas da chuva e residuárias para fins não potáveis;	8.000		Recurso Estadual	Médio		Prefeitura Municipal e Detentor da concessão	Prefeitura Municipal / Governo Estadual

	Campanhas de racionalização do uso da água;	5.000		Recurso municipal	Médio		Prefeitura Municipal e Detentor da concessão	Prefeitura Municipal / Governo Estadual
	Recompor a área de preserv ação permanente;	50.000		Recurso municipal	Curto		Detentor da concessão	Prefeitura Municipal / Governo Estadual
	Limpeza e coleta f requente de resíduos sólidos depositados nas margens e proximidades;	200.000		Recurso Estadual	Médio		Prefeitura Municipal e Detentor da concessão	Detentora da concessão / Governo Estadual
	Elaborar projeto de monitoramento contínuo dos mananciais.	10.000		Recurso municipal	Médio		Prefeitura Municipal e Detentor da concessão	Prefeitura Municipal / Governo Estadual

Quadro 3 Cronograma físico financeiro para programas de esgotamento sanitário

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
LIVRE DE CONTAMINANTES	Estudo de concepção, projeto e implantação de sistema de coleta de esgotos sanitários para atendimento da área urbana;	2.000.000	33.815.000	Recurso Federal	Médio	Longo Prazo	Prefeitura Municipal/ Detentor da concessão	Empresas privadas/FUNASA-TO/Governo Federal e Estadual
	Desativar fossas Sépticas de imóveis que serão atendidas pela rede coletora;	50.000		Recurso Estadual/Federal	Médio			
	Estudo de concepção, projeto e implantação de Estação de Tratamento de Esgoto;	500.000		Recurso Federal	Longo Prazo		Detentor da concessão	Prefeitura Municipal
	Programa de manutenção preventiva do sistema de esgotamento sanitário tanto na rede coletora quanto na Estação de Tratamento de Esgoto;	17.250.000		Recurso Estadual/Federal	Curta		Detentor da concessão	Governo Federal/ Estadual
	Monitorar os efluentes brutos e tratados de forma a atender aos padrões de lançamento, conforme Resoluções do CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011;	175.000		Recurso Estadual	Curta		Detentor da concessão	Governo Estadual e Federal
	Estudo de concepção, projeto e implantação de Leito de Secagem do Lodo proveniente da ETE;	150.000		Recurso municipal/Estadual	Longo Prazo		Detentor da concessão	FUNASA-TO e Governo Estadual
	Elaboração de estudo técnico específico que busque apontar alternativas de disposição final;	40.000		Recurso municipal/Estadual	Longo Prazo		Detentor da concessão	Governo Estadual
	Ampliação da atual Estação de Tratamento de Esgoto;	10.000.000		Recurso municipal/Estadual	Médio		Detentor da concessão	Governo Estadual
	Estudo de concepção, projeto e implantação de Tanques Sépticos no Perímetro Rural;	2.000.000		Recurso municipal/Estadual/Federal	Curto		Detentor da concessão	FUNASA-TO e Governo Estadual
	Estudo de concepção, projeto e implantação da central de Recebimento de Lodo de Tanques Sépticos;	150.000		Recurso Estadual/Federal	Médio		Detentor da concessão	Governo Federal/Estado
	Adquirir f rota de veículos adequados para realizar a coleta do esgoto quando necessário;	500.000		Recurso Estadual/Federal	Médio		Detentor da concessão	Governo Estadual
	Estudo e implantação de Projeto de recuperação do córrego receptor do efluente doméstico da Estação de Tratamento de Esgoto;	200.000		Recurso Estadual/Federal	Curto		Detentor da concessão	Consultores/Governo Estadual e Federal

	Incentivar o desenvolvimento/execução de projetos de reuso das águas residuárias;	500.000		Recurso Estadual/Federal	Médio		Detentor da concessão	Secretaria de Meio Ambiente Estadual
	Buscar eficiência energética;	100.000		Recurso Estadual/Federal	Médio		Detentor da concessão	Empresas privadas e Governo Estadual
	Capacitação das equipes de fiscalização para realização dessa ação na prestação dos serviços de esgotamento sanitário.	200.000		Recurso Municipal/ Estadual	Curto		Prefeitura Municipal	Secretaria de Saúde, Educação e Meio Ambiente

Quadro 4 Cronograma físico financeiro para programas de drenagem urbana

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
DESENVOLVER SEGURANÇA PARA A SAÚDE PÚBLICA	Instituir departamento responsável pela implantação, gerenciamento e operação do sistema de drenagem urbana;	400.000	13.535.000	Recurso Federal/ Estadual	Curto	Longo Prazo	Prefeitura Municipal	Governo Federal/ Estadual
	Estudo de concepção e implantação de projetos padronizados de infraestruturas de drenagem para atender a áreas de risco, demanda atual e a expansão urbana;	60.000		Recurso Municipal	Longo Prazo		Órgão gestor	Empresas privadas/Governo Federal/ Estadual
	Ampliação das estruturas de micro e macrodrenagem para pontos ainda inexistentes, interligação dos dispositivos de drenagem existente e substituição de dispositivos inadequados;	10.000.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Prefeitura Municipal	Governo Federal/ Estadual
	Fazer contenções e terraplanagem nas estradas para amortecimento das águas da chuva;	300.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Governo Federal/ Estadual
	Elaborar projetos técnicos e obras para construção e substituição das pontes em madeira por pontes ou galerias de concreto armado;	2.500.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Governo Estadual/ Prefeitura Municipal	Secretaria de Obras e Infraestrutura do Estado
	Realizar os procedimentos de monitoramento da qualidade da água lançada nos corpos hídricos pelo sistema de macrodrenagem, contribuindo para identificação de lançamentos clandestinos de esgoto;	175.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Governo Federal/ Estadual
	Recompor mata ciliar dos córregos e rios degradados do perímetro urbano, diminuindo o pico da intensidade da chuva e consequentemente as enxurradas, cheias e alagamentos.	100.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Prefeitura Municipal	Governo Federal/ Estadual

Continua

PROGRAM A	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
	Elaborar e programar Sistema de Alerta e Plano de Risco nas unidades operacionais;	15.000	5.352.000	Recurso Municipal	Curto	Médio	Órgão gestor/Prefeitura Municipal	-
	Elaborar e implementar o Programa de manutenção preventiva e ações corretiva de todas as infraestruturas de drenagem;	1.550.000		Recurso Federal	Curto		Órgão gestor	-
	Implantar sistema informatizado de indicadores e de gerenciamento e controle interno;	720.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Governo Federal/ Estadual
	Elaborar e implantar sistema de qualidade;	1.300.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Governo Federal/ Estadual
	Fazer cadastros e identificar ligações clandestinas;	530.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor	Governo Federal/ Estadual
	Estudo e concepção de projeto de Educação Ambiental com f oco no descarte correto dos resíduos sólidos e suas consequências no sistema de drenagem;	150.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor	Governo Federal/ Estadual
	Estudo para avaliar as possibilidades de implantação de técnicas compensatórias;	37.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Governo Federal/ Estadual
	Programa de limpeza e desassoreamento dos cursos d'água do perímetro urbano;	300.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor/Prefeitura Municipal	Governo Federal/ Estadual
	Implantar ação de conscientização e sensibilização no perímetro urbano com sinalizações ou afins indicando a não realização do descarte incorreto de resíduo;	150.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor	Secretaria da Educação/ Governo Estadual
	Elaborar e implantar sistema de alerta contra enchentes, deforma articulada com a Defesa Civil. Controle e fiscalização das ocupações irregulares em áreas de preservação permanente e em áreas de risco;	500.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor/Prefeitura Municipal	Defesa Civil/Governo Estadual/Federal
	Elaborar e implantar o plano de vistoria periódica dos sistemas de drenagem instalado.	100.000		Recurso Federal/Estadual	Curto		Órgão gestor	Governo Federal/Estadual

Quadro 5 Cronograma físico financeiro para programas de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Desativação do atual lixão e elaborar estudo e projeto para efetuar a recuperação ambiental da área utilizada como lixão;	200.000	2.003.000	Recurso Federal/ Estadual	Curto	Longo Prazo	Órgão gestor	Governo Federal e Estadual
	Estudo de concepção, projeto e implantação do Aterro Sanitário em consonância com normas técnicas vigentes, com área exclusiva para resíduos de serviço de saúde conforme regulamentações Conama 358/05 e NBRs, bem como a análise técnica da viabilidade do consorcio com municípios vizinhos;	120.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Prefeitura Municipal em conjunto com o município consorciado	Governo Federal e Estadual
	Estudo de alternativas e viabilidade técnica de locais para instalação de área de bota fora para a destinação dos Resíduos de Construção Civil inertes;	170.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Governo Federal e Estadual
	Readequação da frota para coleta, considerando a aquisição de veículo apropriado para coleta seletiva, coleta de matéria orgânica e troca evolutiva da frota;	500.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor	Governo Federal e Estadual
	Projeto de gerenciamento de resíduos sólidos na zona rural;	135.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor	Governo Federal e Estadual
	Padronização e entrega de lixeiras com destinação para lixo nos padrões da coleta seletiva;	400.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Governo Federal e Estadual
	Elaboração e divulgação de roteiros específicos com dias e horários;	12.000		Recurso Municipal	Médio		Órgão gestor	Governo Federal e Estadual
	Disciplinamento dos procedimentos de segregação nas feiras para implantar a coleta diferenciada de resíduos orgânicos a serem direcionados para a Unidade de Compostagem;	36.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Governo Federal e Estadual
	Restruturação do gerenciamento da frota do sistema de coleta para atender a regularidade e integridade dos serviços;	70.000		Recurso Federal/ Estadual	Curta		Órgão gestor	Governo Federal e Estadual
	Implantação de contêineres para acondicionamento dos resíduos nas áreas rurais;	60.000		Recurso Federal/Estadual	Curta		Órgão gestor	Governo Federal e Estadual
	Controle e fiscalização dos pontos viciados de descarte irregular, áreas de risco de poluição e contaminação por resíduos sólidos;	50.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Comerciantes/Governo Federal e Estadual

	Capacitação das equipes de fiscalização para realização dessa ação no controle da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos bem como no monitoramento da execução e implantação adequado dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos preconizados no art.20 da Lei 12.305/2010.	250.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor	Governo Federal e Estadual

Continua

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Estudo, projeto e implantação da Unidade de Triagem para materiais reutilizáveis e recicláveis e Compostagem, para os compostos orgânicos em parceria com outros municípios;	250.000	4.942.000	Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor em conjunto com o município consorciado	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Estudo, projeto e implantação de um local fixo cedido pela Prefeitura municipal para comercialização dos produtos finais reciclados, reutilizados e compostados gerando renda aos produtores;	300.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Divulgação por meio de mídias sociais e das ações de Educação Ambiental a serem implantadas no município o local de comercialização dos produtos reciclados e compostados;	350.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Estimular e auxiliar a formação de associações de catadores, cooperativas e artesãos de material reciclável, bem como fortalecer a cooperativa existente;	200.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Encaminhamento de resíduos de poda produzida pela Prefeitura municipal e moradores à compostagem;	100.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Padronização das lixeiras com destinação para lixo seco (recicláveis) e orgânico;	1.500.000		Recurso Municipal	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Estudo, projeto e implantação da Unidade de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos;	1.200.000		Recurso Municipal	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Promover eventos voltados (gincanas, palestras, teatro) para a educação ambiental com ênfase na coleta seletiva;	40.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Implantar Ecopontos para disposição temporária e manejo de resíduos sujeito a tratamento especial;	700.000		Recurso Federal/ Estadual	Curta		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Estudo, projeto e implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) no município;	290.000		Recurso Federal/ Estadual	Curta		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Divulgação do roteiro de coleta seletiva porta a porta e dos PEVs para população.	12.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Comerciantes/Governo Federal e Estadual

Continua

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS	Elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS por parte dos estabelecimentos constantes do art.20 da Lei 12.305/2010;	-	4.550.000	Recurso Federal/ Estadual	Curto	Médio	Geradores	Iniciativa privada
	Implantação de programa de fiscalização pela equipe fiscalizadora, voltado para a implantação e execução adequada dos planejamentos do PGRS pelos geradores presente no art.20 da Lei 12.305/2010;	800.000		Recurso municipal	Médio		Prefeitura Municipal/Geradores particular quando for o caso	Governo Federal e Estadual
	Implantação por parte dos estabelecimentos de saúde, particular ou público, recipiente adequado para armazenamento temporário de resíduos perigosos;	-		Recurso municipal	Médio		Prefeitura Municipal/Geradores particular quando for o caso	Governo Federal e Estadual
	Estudo, elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde;	1.300.000		Recurso Estadual/Federal	Curto		Prefeitura Municipal/Geradores particular quando for o caso	Governo Federal e Estadual
	Direcionamento dos resíduos de saúde que apresentarem agentes patógenos, substancias químicas e características como toxicidade, reatividade, corrosividade e afins oferecendo risco à saúde pública processo de tratamento preliminar que promova redução de carga microbiana, como por exemplo, incineração. Após o tratamento o resíduo, de acordo com o Conama 358/05, pode ser levado às dependências do Aterro Sanitário.	1.500.000		Recurso Estadual/Municipal	Curto		Prefeitura Municipal/Geradores particular quando for o caso	Iniciativa privada/ Governo Federal/ Estadual
	Adquirir veículo de acordo com a regulamentação preconizada pelo Decreto nº 96044, Portaria da OMS nº204 e NBRs para o transporte específico dos resíduos perigosos.	700.000		Recurso Estadual/Municipal	Curto		Prefeitura Municipal	Governo Estadual
	Estudo, elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil pelos seus geradores.	150.000		Recurso Estadual/Municipal	Médio		Prefeitura Municipal/Geradores particular quando for o caso	Governo Estadual
	Coleta e destinação dos resíduos de construção civil para área de bota fora, não podendo, esses resíduos, serem lev ados ao Aterro Sanitário conforme regulamentação CONAMA 307/02.	100.000			Médio		Prefeitura Municipal/Geradores particular quando for o caso	Governo Estadual

Continua

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS	Promover palestras e cursos de capacitação aos professores da rede municipal com ênfase na preservação do meio ambiente, descarte de resíduo e consumo consciente, entre outros temas relevantes pra complementação da ideia;	20.000	1.935.000	Recurso Federal/ Estadual	Médio	Longo Prazo	Órgão gestor	Secretaria da Educação/Governo Federal e Estadual
	Projeto para formação de educadores mirins;	15.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Elaborar materiais didáticos e informativos a serem utilizados nas ações de Educação Ambiental Municipal;	150.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Desenvolver atividades públicas de educação ambiental voltada ações de reciclagem envolvendo datas comemorativas nacionais e municipais;	250.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Elaboração de programa de Educação Ambiental permanente em ênfase no consumo consciente dos recursos naturais, preservação do meio ambiente, voltados a professor de escolas públicas nível infantil e fundamental I e II;	500.000		Recurso Federal/ Estadual	Curto		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Elaboração e implantação de Programa Permanente de Educação Ambiental e Comunicação Social para jovens e adultos com f oco em temas como cidadania, responsabilidade ambiental, consume consciente da água, geração e descarte dos resíduos, reciclagem, entre outros;	800.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Capacitação, com auxílio de consultores, de moradores de baixa renda e interessados no aprendizado dos métodos de reutilização, reciclagem e compostagem nas Unidades;	150.000		Recurso Municipal	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual
	Realizar atividades públicas de capacitação, com auxílio de consultores, para moradores de baixa renda e interessados sobre a implantação, operação e gestão de cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos como papel, papelão, alumínio, garrafas pets e afins. Visando, assim, incentivar a formação de cooperativas e/ou associações de recicladores.	50.000		Recurso Federal/ Estadual	Médio		Órgão gestor	Iniciativa privada/Governo Federal e Estadual

Continua

PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO (R$)	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA (R$)	FONTE DE FINANCIAMENTO	META DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	META DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
Monitorar para preservar os recursos naturais e o cidadão	Audiências públicas trimestral com a participação da população para avaliação da gestão e gerenciamento do sistema;	120.000	549.120	Recurso Estadual	Médio	Médio	Prefeitura Municipal	-
	Realização por parte da equipe de fiscalização monitorar a efetividade das atividades de geradores de resíduos sólidos sujeitos a licenciamento ambiental e de áreas de destinação final adequada;	189.120		Recurso Estadual	Curto		Prefeitura Municipal	Governo Federal e Estadual
	Realização por parte da equipe de fiscalização acompanhar os geradores passíveis de Plano de Gerenciamento de Resíduo Sólido a execução e o cumprimento das regras e ações estipuladas para execução da legislação;	120.000		Recurso Estadual	Curto		Prefeitura Municipal	Governo Federal e Estadual
	Fiscalizar a efetividade do uso dos acondicionamentos adequados para cada tipo de resíduos gerado de acordo com a legislação.	120.000		Recurso Estadual	Médio		Prefeitura Municipal	-

APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE COORDENAÇÃO - PRODUTO F

GOVERNO DE PARAÍSO
CRESCENDO DE MÃOS DADAS

O Comitê de Coordenação, nomeado em Decreto Municipal de Nº 117/2014 do dia 16 de maio de 2014, declara que as informações apresentadas no Produto D – Prospectiva e Planejamento Estratégico; no produto E - Programas, Projetos e Ações; no produto F – Plano de Execução; e no produto H - Indicadores de Desempenho, e no produto I – Sistema de Informação ambos em anexo são compatíveis ao município de Paraíso do Tocantins – TO, e atendem a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, o Decreto de Regulamentação nº 7.217, de 21 de junho de 2010 e o Termo de Referência da Funasa quanto às exigências para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Sem mais, este comitê declara aprovado o Produto D – Prospectiva e Planejamento Estratégico; no produto E - Programas, Projetos e Ações; no produto F – Plano de Execução; e no produto H - Indicadores de Desempenho, e no produto I – Sistema de Informação e encaminha ao Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica da superintendência estadual da Funasa do Estado do Tocantins para análise e aprovação nos termos do convênio 0606/2010.

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente

Titular: Ary de Araújo Arraes — Suplente: Ítalo Ricardo Lopes Cavalcante

- Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

Titular: Ademir Rego — Suplente: Marcelo Lopes Paes

- Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Rui Azevedo Araújo — Suplente: Antônio Bonfim Pereira Cardoso

- Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Lizete de Souza Coelho — Suplente: Magnólia Mendes

- Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Anna Paola de Oliveira Melo — Suplente: Edilene Alves da Silva

GOVERNO DE PARAÍSO
CRESCENDO DE MÃOS DADAS

- Representante dos Presidentes de Bairros

Misma Gonçalves Ferreira
Titular: Misma Gonçalves Ferreira

Delfino Barros de Abreu
Suplente: Delfino Barros de Abreu

- Câmara Municipal de Vereadores

Titular: João de Deus Lopes da Cunha

Suplente: Jarbas Inácio

- Representante de ONG'S

Titular: Hélio Marcio Lino Borges

Suplente: Valder Alves de Souza

Paraíso do Tocantins, 12 de Fevereiro de 2015.